



Idéias

EM REVISTA

Revista mensal do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO II nº 11 Maio de 2007

- **O culto às armas**
- **Redução da maioria penal**
- **Jornada de 6 horas**

Operação Furacão em cartuns



OPERAÇÃO FURACÃO



Editorial

Servidores do Judiciário Federal voltam a se mobilizar contra retirada de direitos.

Página 4

Sindicais

Oposição tumultua em vez de participar. Núcleo dos Portadores de Deficiência intensifica atividades.

Página 5

Sindicais/Justiça do Trabalho

Comprovado: jornada de 6 horas traz melhores resultados em termos de produtividade. Sisejufe-RJ se reúne com nova presidente do TRT.

Páginas 6 e 7

Energia

Marco Aurélio Garcia explica que a opção brasileira pelos biocombustíveis não é recente.

Páginas 8 e 9

Dicas Culturais

Na página "O que que há?", Max Leone sugere três programas imperdíveis.

Página 10

Mulheres

A servidora da Justiça Federal Clarisse Faria conta o que inveja nos homens. E não é exatamente a facilidade para ir ao banheiro.

Página 11

Maioridade Penal

Uma crônica do jornalista Agrícola Ramos e um artigo do desembargador Siro Darlan sobre a exposição da juventude ao crime integram o debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reduz a maioria penal.

Páginas 12, 13, 14 e 15

O culto às armas

Nos mesmos dias dos massacres de Virginia Tech University e do Morro da Mineira, o Rio de Janeiro recebeu a maior feira bélica da América Latina.

Página Central



Entrevista

"O Brasil precisa de várias reformas agrárias". A opinião é do ex-ministro Miguel Rosseto que fala do Judiciário, do MST e de sindicalismo.

Páginas 18, 19 e 20

Categoria

CUT e Fenajufe determinam dia 23 como o Dia Nacional de Lutas.

Página 21

Informática

Veja por que cada vez mais o uso de softwares livres ganham adeptos.

Página 22

Nacional

O PAC do Governo Federal começa a apresentar resultados, mas tem pontos polêmicos e que atingem o servidor público.

Página 23

Religião

Bento XVI veio ao Brasil para estabelecer "concordatas" com o Planalto. Detalhes e a opinião de Leonardo Boff e Frei Betto, em reportagem de Altamiro Borges.

Páginas 24 e 25

Internacional

Os EUA protegem um terrorista que esteve a serviço da CIA. Quem desvenda os motivos é o jornalista Mário Augusto Jakobskind.

Página 26

Nossa História

Em maio, há 74 anos, as mulheres votavam pela primeira vez no Brasil. O professor Ernesto Germano Parés conta essa história.

Página 27

Mídia

A morte do publisher da Folha, Octavio Frias de Oliveira abre a polémica: democrata ou reacionário?

Página 28

Operação Furacão

Os desdobramentos da ação da Polícia Federal que levou à prisão de magistrados, advogados e bicheiros.

Página 29

Contos da Guerra do Iraque

O cartunista Latuff volta com a saga de Juba, o atirador de Bagdá.

Página 30

Chegou a hora de os servidores e servidoras do Judiciário voltarem a se mobilizar. Na última plenária nacional da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), em 5 de maio, no Distrito Federal, delegados sindicais de todo o país decidiram responder ao chamado da Central Única dos Trabalhadores. A CUT está na luta contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 1 do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), pela manutenção do veto de Lula à emenda 3 e pela manutenção do direito de greve. A estas lutas, acrescentamos a luta contra a PEC 02.

O PLP 1 é o artigo do PAC que restringe o aumento do gasto do serviço público a 1,5% mais a inflação. Se aprovado, inviabiliza o nosso Plano de Carreira, o pagamento dos passivos, a abertura de novas varas e qualquer luta por aumento salarial. O PLP 1 faz com que o servidor pague a conta do crescimento do país, quando este valor de investimentos deveria ser retirado do valor pago a título de juros da dívida, por exemplo.

Outra frente de luta é pela manutenção do veto presidencial à emenda 3 do projeto da Super-Receita. A emenda 3 tirava o poder do Ministério Público e dos fiscais do Trabalho de fiscalizar e multar as pequenas e médias

empresas que descumprissem vários itens da CLT. Seria o início da flexibilização dos nossos direitos e foi uma proposta da bancada do Democratas (ex-PFL)/PSDB.

Há também uma proposta do Ministério do Planejamento que inviabiliza a greve de funcionários públicos. Se a idéia passar, uma greve só poderá iniciar com dois terços dos votos da categoria em assembléia. No Rio, por exemplo, seria preciso 5 mil e 300 funcionários numa assembléia dos servidores das Justiças Federais. Na prática, essa regulamentação restritiva vai acabar com a viabilidade da greve e a possibilidade de pressionarmos por novos Planos de Carreira e aumento linear, por exemplo.

Mas não é só. Temos visto uma grande movimentação dos requisitados para que passe, na surdina, o projeto da PEC 02. O Sisejufe-RJ é intransigente na luta para que cargos públicos sejam ocupados só por concursados e considera a PEC 02 um verdadeiro “trem da alegria”.

Por tudo isso, esta décima primeira edição da Idéias em Revista traz matérias sobre esses temas e também retoma o debate sobre a redução da maioridade penal. Apresentamos uma reportagem sobre as razões de fundo da visita de Bento XVI ao Brasil e uma entrevista com o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, no primeiro mandato de Lula, Miguel Rosseto. Boa leitura. ■



SISEJUFE

Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Márcio Hungerbühler, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (Mtb 3953/RS) – Max Leone (Mtb 18.091)
PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO: Claudio Camillo (Mtb 20.478) – ILUSTRAÇÃO: Latuff
ASSESSORIA POLÍTICA – Márcia Bauer
IMPRESSÃO: PALAVRAS PINTADAS Editora e Gráfica Ltda. (6.500 exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Participação, sim. Imposição e tumulto, não.



Flávio Prieto*

Faz parte do jogo democrático a liberdade de expressão, assim como a diversidade de opiniões. No entanto, o bombardeio permanente a uma diretoria sindical, eleita por expressiva votação, com calúnias e ilações a esmo, é irresponsável e configura pouco respeito à vontade dessa maioria que a elegeu. O que pretendem estes poucos servidores que se esmeram em tentar fraudar os processos deliberativos normais (assembléias, reuniões), que sempre foram realizados nas portas dos diversos fóruns? Sempre que pos-

sível, esta oposição tumultua o processo e tenta impor sua vontade unilateral – a vontade de um pequeno grupo – e exercer uma espécie de mandato paralelo sem outorga da categoria. Isto não pode ser aceito, embora venha sendo tolerado até aqui, sem ressalvas, por entendermos que a própria categoria, como um todo, refuta estas práticas e por estendermos os limites democráticos ao ponto de permitir que a dita oposição se expresse livremente, mesmo sob o risco de distribuírem inverdades.

Se desejam agora mudar o local das assembléias, por que nunca o fizeram quando estavam na direção?

Não são capazes de conviver com o resultado de um processo democrático, que foi o da eleição da atual diretoria. Então, de que democracia falam? Repetem que os fóruns estão abandonados pelos atuais dirigentes sindicais, mas ignoram os diversos servidores destes fóruns que comparecem às assembléias, participam e elogiam a nossa atuação. Então, de que abandono falam eles? Talvez fosse melhor nem responder às suas provocações constantes, pois nosso trabalho e conquistas sindicais (e da categoria unida) falam por si mesmas. ■

*Diretor do Sisejufer-RJ

Núcleo dos Portadores de Deficiência se reúne

O Núcleo das Pessoas Portadoras de Deficiência do Sisejufer-RJ esteve reunido em 2 de maio para discutir os problemas de acessibilidade e adaptabilidade nos tribunais das justiças federais no estado do Rio de Janeiro. Outro assunto da reunião foi a dificuldade de mobilização destes servidores. "O por-

tador de deficiência precisa se dar conta que é comparecendo e compartilhando experiências que teremos força para mudar para melhor a situação nos locais de trabalho", diz Ricardo de Azevedo Soares, servidor da Justiça Federal e diretor do Sisejufer-RJ. Ricardo, que é cego, aponta ainda que o conta-

to com a representação sindical pode acelerar muito a resolução dos problemas que os deficientes enfrentam diariamente. Os servidores com deficiência podem entrar em contato com o sindicato diretamente com Ricardo (9432.0274) ou com o diretor Dulavim de Oliveira Lima Júnior (9189.9723). ■

Trabalhar além da conta não significa produzir mais



O trabalho dignifica o homem, diz o ditado. Mas o excesso de labuta pode não levar, necessariamente, à alta produção e a uma produtividade satisfatória. Por isso o movimento sindical ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), inclusive o Sisejufer-RJ, está na campanha pela implantação da jornada de 6 horas de trabalho. Um grande exemplo de que a extensão das horas trabalhadas é negativo em termos de resultados vem do Sul. Lá, por meio de uma forte campanha e um acordo político com a administração do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, feito em 2002, a direção do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe/RS) conseguiu retornar à histórica jornada de 6 horas, que fora interrompida de 1999 a 2001, após decisão uni-

lateral do TRT local. De 2002 em diante a jornada foi reduzida de 40 horas semanais para 35 horas, com a garantia de uma hora de intervalo.

O argumento do Sintrajufe/RS para a retomada das 6 horas foi todo baseado no estudo "Aumento da Jornada de Trabalho, Qualidade de Vida e Produtividade na Justiça do Trabalho da 4ª Região" do sociólogo Carlos Alberto Colombo. No estudo, Colombo, que também é servidor da Justiça Federal, demonstra que no período em que vigoraram as duas horas excedentes a produtividade na Justiça do Trabalho caiu ano a ano.

Em 1994, de acordo com o levantamento, 100,74 processos em fase de cognição eram solucionados por hora. Em 1999, quando estenderam em duas horas o trabalho dos servidores, a média caiu para 80,95 ações por hora; em

2000, passou a 74,92 processos por hora; e em 2001, esteve em 74,36 processos resolvidos por hora.

"Ficou comprovado que o aumento da jornada não aumentou o número de processos resolvidos. Ao contrário, reduziu a produtividade. As horas trabalhadas a mais não refletiram ganho para a sociedade", explica o sociólogo.

Colombo informa que a produção ficou praticamente estável, mesmo com o servidor trabalhando mais 33%. Em 1994, segundo ele, 126.938 processos foram analisados e solucionados em 1.260 horas de trabalho. Em 2001, com 1.680 horas trabalhadas, 124.937 processos tiveram decisão dos juízes.

"Sem uma relação democrática, quando se impõe uma postura autoritária, o trabalho não flui. A produção foi praticamente mantida, mas a produtividade, não. Há inclusive relatos de servidores que apresentaram problemas de saúde", diz Colombo. E adverte: "Mesmo com investimentos em tecnologia e com a renovação do quadro funcional a situação não foi alterada". Diante dos dados, é possível concluir que reduzir a jornada significa, de fato, prolongar – e melhorar – a vida dos servidores. ■

Da redação

Sisejufe-RJ reúne-se com nova presidente do TRT

Em 26 de abril diretores do Sisejufe-RJ estiveram reunidos com a nova presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, desembargadora Dóris Castro Neves. Os diretores Nilton Alves, Lucilene Lima e João MacCormick, juntamente com servidora aposentada Vera Lúcia Pinheiro, ex-dirigente da Fenajufe, saudaram a nova presidente e apresentaram algumas reivindicações históricas do sindicato. Entre os temas abordados, estiveram a questão do pagamento dos passivos da URV e dos Quintos, onde o sindicato esclareceu que

alguns tribunais do Rio de Janeiro vêm pagando inclusive juros da URV (caso do TRE). A desembargadora mostrou-se sensível à questão, no entanto, informou depender de liberação de verba para o pagamento dos passivos. Sugeriu, ainda, que o sindicato deve promover gestões de cobrança, pressão e acompanhamento junto ao executivo e parlamentares.

A diretora Lucilene Lima, coordenadora do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sisejufe-RJ, detalhou os trabalhos do sindicato junto aos aposentados e o diretor Nilton Alves tratou de questões específicas dos

Agentes de Segurança. Ele abordou a extinção da especialidade pelo Órgão Especial do TRT e lembrou que o sindicato entrou com pedido de reconsideração da decisão. Nilton Alves lembrou da necessidade de regulamentação do porte de arma funcional, concedido aos Tribunais do Trabalho, através da Resolução 034/07, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O diretor tratou também sobre os cursos de formação para a categoria, com ênfase no curso obrigatório aos agentes para a percepção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS). ■

Contra a extinção de especialidades



Em 8 de março, o Sisejufe-RJ ingressou com denúncia junto ao Tribunal de Contas da União visando a anulação da Resolução nº 4/2007 do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, que extingue especialidades típicas das carreiras dos

servidores e autoriza a realização de terceirizações.

Após o feito ser instruído no Rio de Janeiro, o que indica que ultrapassou a primeira fase do seu cabimento, o processo ganhou o número 009.674/2007-5, sendo sorteado

relator o Ministro Marcos Bemquerer. Em 19 de abril, o processo foi concluso ao gabinete do referido relator, que apreciará o pedido de medida cautelar e adotará as demais medidas que entender necessárias para sua instrução. ■

A opção brasileira pelos

Marco Aurélio Garcia*

A recente visita do presidente Bush ao Brasil e o encontro que manteve com Lula semanas depois, em Camp David (EUA), provocaram uma inusitada discussão sobre o papel dos biocombustíveis na matriz energética latino-americana e mundial.

O presidente Fidel Castro fez críticas ao uso do etanol e do biodiesel, compartilhadas por outros presidentes amigos do Brasil. Para Castro, a produção de etanol a partir do milho, sobretudo, beneficia o consumo dos ricos às custas da "queima de alimentos" para os pobres.

A opção brasileira pelos biocombustíveis vem de longe. Ganhou corpo a partir de 2003 e esteve presente nos diálogos de Lula com seus colegas latino-americanos nos últimos anos. Daí resultaram iniciativas concretas com Bolívia, Uruguai, Equador, Haiti e Venezuela.

O interesse dos Estados Unidos por esta alternativa energética deu maior visibilidade ao tema. É compreensível e legítimo, assim, que governantes que têm críticas à administração Bush aproveitem a oportunidade para realçar diferenças com Washington.

As escolhas energéticas do Brasil não devem, porém, transformar-se em

FOTO: Ricardo Stukert/Agência Brasil



Guarulhos: Bush e Lula no terminal da Transpetro, em março último.

cenário para uma discussão político-ideológica, como se estivessem configurados dois campos opostos nas Américas. A cooperação em biocombustíveis com os Estados Unidos é válida e não altera em nada a política externa do Brasil na região.

Em São Paulo e Camp David, Lula reiterou a ênfase de nossa diplomacia na integração sul-americana. Em ambas as ocasiões, afirmou que a América do Sul vive um momento privilegiado, com governos democráticos, legitimados pelo voto popular, movidos por uma preocupação reformadora que tem permitido incluir social e politicamente milhões de homens e mulheres duramente golpeados, nas últimas décadas, pela aventura neoliberal que assolou a região.

Em sua fala nos Estados Unidos, Lula explicitou porque esta opção energética ocupa um lugar central no Brasil, um país auto-suficiente em petróleo, que tem mais de 60% de sua eletricidade originária do setor hidrelétrico, que será brevemente auto-suficiente em matéria de gás, além de possuir avançados programas nos do-

mínios solar, eólico e nuclear.

O governo brasileiro está convencido de que os combustíveis renováveis, etanol e biodiesel, apontam para o enfrentamento de quatro grandes desafios do século.

O primeiro é o da crise energética, que afeta todos os países, inclusive os desenvolvidos, e que, em nossa região, constitui sério obstáculo à retomada do desenvolvimento acelerado de que necessitamos.

Na África, na Ásia, na América Central e em quase todo Caribe, os biocombustíveis são a grande alternativa para resolver o dramático déficit energético de muitos países vítimas da estagnação e da dependência externa.

O segundo desafio é dar resposta ao problema do desemprego e da concentração de renda. A produção de biocom-

biocombustíveis é antiga

biocombustíveis é capaz de gerar milhões de empregos, fixando o homem na terra e distribuindo a renda, sobretudo se, como prevê a legislação brasileira, a agricultura familiar for estimulada.

O terceiro é o de contribuir para a redução do aquecimento do planeta. Como combustível ou aditivo aos combustíveis fósseis, o etanol e o biodiesel reduzem consideravelmente a emissão de poluentes na atmosfera.

O último desafio é o de assentar as bases para uma indústria de nova geração, sucessora da petroquímica, capaz de produzir materiais, medicamentos, adubos e alimentos para animais.

O exemplo brasileiro indica que é totalmente controlável o risco de que programas de biocombustíveis venham a contribuir para o aumento da fome no mundo. A fome não decorre da ausência de alimentos, mas da falta de emprego e de renda, que afeta um bilhão de homens e mulheres no planeta. Como lembra o sociólogo Emir Sader, hoje se produz alimentos suficientes para 12 bilhões de pessoas, o dobro da população mundial.

A experiência brasileira mostra também que as terras destinadas à produção de matéria-prima para o etanol e o biodiesel não são próprias para o cultivo de alimentos. Menos de um quinto dos 320 milhões de hectares de terra arável do país é hoje cultivado. Desse total, apenas 1% se destina à cana, ou seja, 65 vezes menos que os milhões de hectares de pastos degradados onde esse cultivo vem se expan-

dindo. É falta de conhecimento dizer que o Brasil poderá transformar-se em um imenso canavial.

Não há qualquer risco para a Amazônia, região sabidamente desfavorável para uma agricultura com fins energéticos e onde o governo brasileiro logrou considerável redução do desmatamento. É evidente que a produção global de biocombustíveis requer cuidados. É necessário selecionar oleaginosas cuja exploração para fins energéticos não venha acarretar elevação do preço de bens alimentares essenciais, como vem acontecendo com o milho. Diferentemente do que ocorre com a cana, sobretudo depois dos ganhos de produtividade resultantes de anos de pesquisas, o milho não é adequado, econômica e socialmente, para a produção de etanol.

Os biocombustíveis não aumentam a dependência dos países pobres em relação aos ricos. Ao contrário, incidem positivamente sobre a balança comercial daqueles, diminuindo as importações e aumentando as exportações.

Finalmente, uma rigorosa certificação pública dos novos combustíveis pelos países produtores, que poderá ser objeto de acordos multilaterais, evitará danos à natureza e assegurará condições decentes de trabalho. Legislações nacionais, como no exemplo brasileiro, permitirão um equilíbrio entre a pequena unidade produtiva familiar e as grandes plantações.

Foto: emba.cubaminrex.cu



Chávez e Fidel: diferenças com Washington

Uma revolução energética está em curso. Ela não opõe biocombustíveis aos combustíveis fósseis. Ao contrário, propõe uma complementaridade entre os dois. Ela permitirá consolidar a América do Sul como a região de maior e mais diversificado potencial energético do mundo.

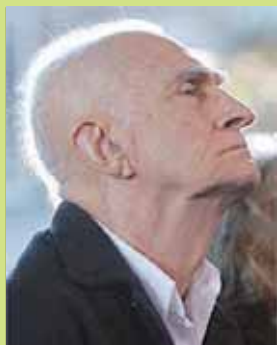
O diálogo deve substituir a confrontação e a única paixão cabível neste momento é em torno da unidade sul-americana e do bem-estar de seus povos. ■

*Assessor especial de Política Externa do presidente da República.



Oleaginosas: mamona é alternativa para não elevar preços de bens alimentares essenciais

■ UMA PEÇA



Continuam as homenagens pelos 80 anos de Ariano Suassuna, um dos maiores ícones da cultura nordestina do país, que serão completados em julho próximo. De 11 de maio a 15 de julho, fica em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil do

Rio (CCBB) a peça "Ariano", que usa os personagens do autor ao longo de sua vida, como Caroba, Nevinha, Chicó, Simão, João Grilo, Caetana.

As criaturas de Suassuna acabam se encontrando com o criador. O mote da montagem é uma das bases da peça estruturada em três circunstâncias (os estágios de sol, sangue e sonho) que o personagem do próprio Ariano deverá ultrapassar, com a ajuda de suas criações, para alcançar seu objetivo que é voltar à fazenda de Acauã.

O espetáculo tem no palco o auxílio de instrumentos cedidos por Mestre Salu (rabecas) e João do Pife (pifanos) tocados ao vivo pelos atores. O texto é de Astier Basílio e Gustavo Paso e o elenco é composto pelo pessoal da Cia. Teatral Epigenia Arte Contemporânea. A direção fica por conta de Gustavo Paso. A peça é encenada de quarta a domingo, sempre às 19h30, no teatro 1 do CCBB, que fica na Avenida Primeiro de Março, 66, no Centro.

■ UM FILME



Está em cartaz, desde 20 de abril, nos cinemas brasileiros o filme *Batismo de Sangue*, de Helvécio Raton. Vencedor dos

prêmios de melhor filme e fotografia no Festival de Cinema de Brasília, o filme é baseado na obra homônima de Frei Betto, o "Vítor" ou "Ronaldo" do grupo de Marighela. O enfoque da fita é o drama de Frei Tito, torturado pela ditadura e banido do Brasil, em troca da vida

do embaixador suíço seqüestrado. Logo depois, Tito se suicidou na França.

Frei Betto e Frei Tito faziam parte de um grupo de frades dominicanos engajados na luta contra a ditadura militar. Na época, muitos frades seguiam a Teologia da Libertação, doutrina que reproduzia as pregações ocorridas durante a II Assembleia-Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), realizado no período de 26 de agosto a 6 de setembro de 1968, na cidade de Medellín, Colômbia, e inspirados nas resoluções do Concílio Vaticano II.

O letreiro que abre o filme situa historicamente período da ditadura, assim como outras informações passadas de forma orgânica no desenrolar da narrativa e que tem a função de contextualizar os acontecimentos.

■ UM DOCUMENTÁRIO



A Fundação Casa França-Brasil exibe o documentário *Pro Dia Nascer Feliz*. Com direção de João Jardim, a produção conta as situações que os adolescentes brasileiros enfrentam na escola, envolvendo preconceito, precariedade, violência e esperança.

Na fita aparecem adolescentes de três estados, de classes sociais distintas, que falam de suas vidas na escola, seus projetos e inquietações.

O documentário ganhou os Kikitos de Melhor Filme do Júri Popular, Melhor Trilha Sonora, o Prêmio Especial do Júri e o Prêmio da Crítica, no Festival de Gramado. Levou ainda o prêmio de Melhor Documentário (Júri Oficial), o Prêmio da Juventude e o Prêmio Bombril de Melhor Documentário Brasileiro, na Mostra de Cinema de São Paulo. Este é o segundo longa-metragem dirigido por João Jardim. O anterior foi *Janela da Alma* (2001).

Os horários são: 13h30, 15h30, 17h30 de terça a domingo. A Fundação Casa França-Brasil fica na Rua Visconde de Itaboraí, 78, Centro, Rio de Janeiro.

Liberdade em gênero, número e grau

Clarisse Faria*

Dias desses, tentando mais um concurso, acabei absorvida por questões bem diversas das propostas na prova. À certa altura, senti vontade de ir ao banheiro, e me deparei com uma labiríntica fila – “tempo de prova perdido”, pensei. Passada a primeira indignação, olhei para o banheiro ao lado, sem fila, livre e desimpedido: era o banheiro masculino. Confesso que tive ímpetos de entrar ali, me fazer de boba. O máximo que poderia acontecer era pegar algum desprevenido; talvez ficássemos sem graça, talvez não. Eu olharia para o lado e fingiria que não havia visto nada. Mas o fato é que tinha um monte de fiscal na porta, e fiquei só na vontade.

Passada a vontade e satisfeita a necessidade, veio a inveja. Inveja? Racionalizei: “mas nunca senti desejo de ser menino...” Inveja só porque eles têm mais facilidade de ir ao banheiro? Freud diria que era inveja do pênis, mas isso não; sou realizada com minhas possibilidades. Acabei descobrindo que invejo mesmo é a liberdade que eles aparentam desfrutar em maior escala. E sob certo aspecto Freud acertou: a mulher é mesmo um ser castrado. Socialmente.

Criadas para o recesso do lar, desde que nascemos, nós, mulheres, somos bem mais reprimidas que os rapazes. Repressão ancestral, e que hoje em dia se perpetua, ora vejam só, pelas próprias mulheres – censoras impiedosas das ousadias alheias, guardiãs-mor da reprodução do padrão machista nos filhos (e filhas, principalmente). As falas são tão recorrentes em nosso cotidiano que passam quase despercebidas: “moça bonita não fala palavrão”, “olha esses modos!”, “parece um selvagem...”, “fecha as pernas pra sentar”, “vai lá servir teu pai e teu irmão”, “moça séria não fica até tarde na rua”, “ria baixo”, “fale baixo”, “bebida não combina contigo”, “troca essa roupa”, “fulana ficou falada, também, quem mandou...”, e por aí vai.

Contida e cobrada a vida inteira, a mulher é um ser talhado e marcado a ferro ardente ao neurotismo e à culpa. Mas a brasa que a forjou continua ardendo em seu peito, como algo vivo que palpita incubado e latente.

Em suma: creio que no aspecto da liberdade os homens são mais bem resolvidos que as mulheres. Invejo a perspectiva de poder gozar de uma maior liberdade, livre de imposições culturais e cobranças sociais. Maior flexibilidade e leveza em relação à vida. Maior margem de ação, menos recalques, repressões. Se dar ao direito de não se preocupar com trabalhos domésticos, com a limpeza da casa e tantas outras coisas mesquinhas que azedam o cotidiano. Não ter o olhar impiedoso da sociedade sobre si impondo que os filhos



Acabei descobrindo que invejo mesmo é a liberdade que eles aparentam desfrutar em maior escala.

devem vir em primeiro lugar, que sua vida deve ser devotada exclusivamente à família. Se dar ao luxo de assumir que valores como realização profissional e pessoal podem ser tão ou mais importantes que realização afetiva ou familiar. Mudar de amores, inconseqüentemente. Ser mais íntegro com sua natureza, e mais sincero com seus instintos.

Sim, os homens também devem sofrer, à sua maneira, de cobranças, culpas e recalques. Mas sinto que deve ser menos difícil viver sendo homem que viver sendo mulher. Mesmo assim, não mudaria de lugar, mas como invejo a liberdade dos homens... ■

* Servidora da Justiça Federal/RJ

Entre a bola e o fuzil

Agrícola Ramos*

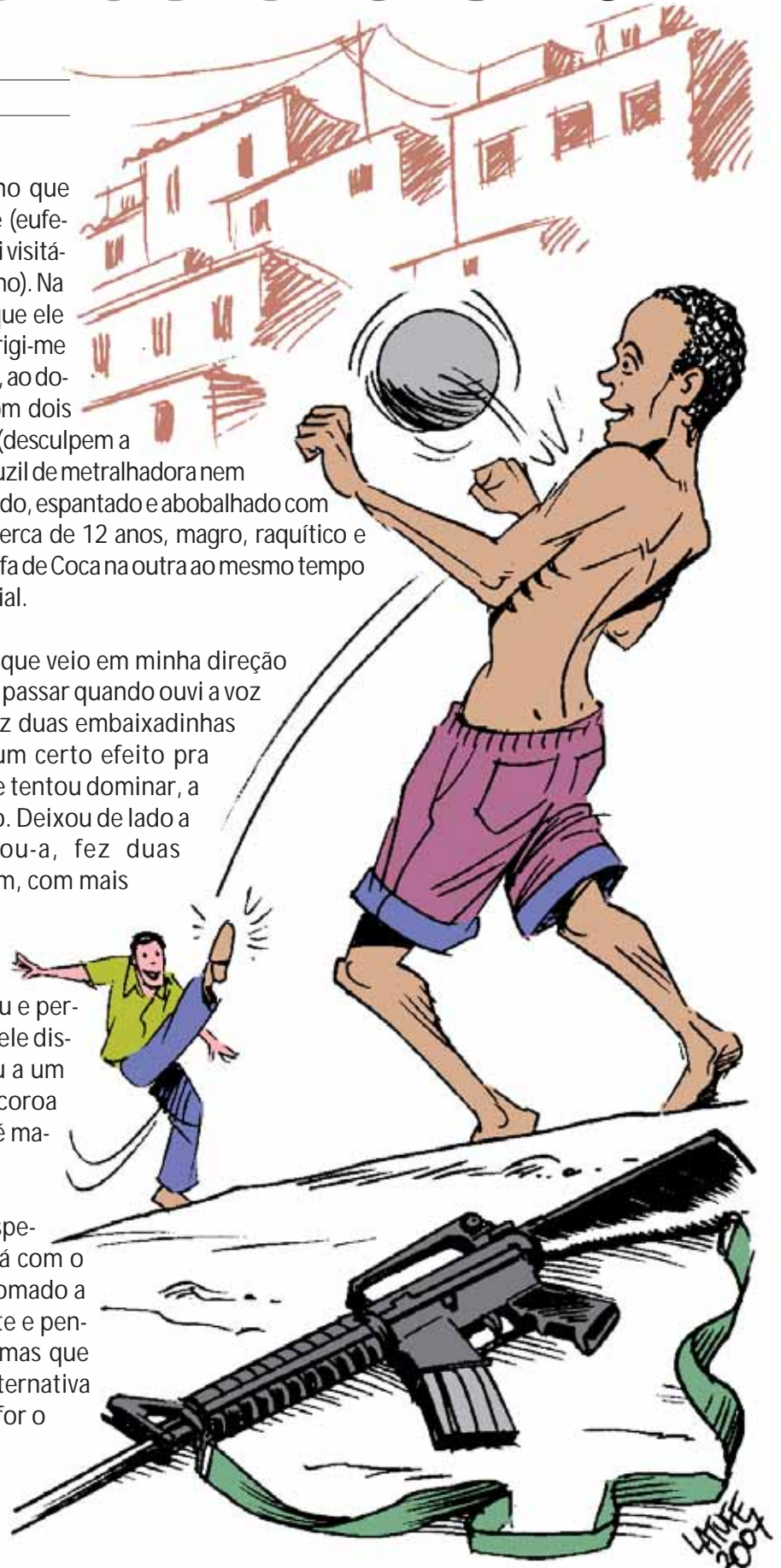
MAIORIDADE PENAL

Tenho um colega de trabalho que mora numa comunidade carente (eufemismo para favela)... Dia desses fui visitá-lo (ele garantiu que o local era calmo). Na entrada, perguntei pela rua em que ele morava e informação recolhida, dirigi-me a passos largos para lá. De repente, ao dobrar uma esquina, dei de cara com dois caras portando armas poderosas (desculpem a ignorância mas não sei distinguir fuzil de metralhadora nem esta de AR-15) e fiquei entre chocado, espantado e abobalhado com o porte de um deles, que tinha cerca de 12 anos, magro, raquítico e empunhava a arma na mão direita, uma garrafa de Coca na outra ao mesmo tempo em que fazia embaixadas com uma bola oficial.

De repente, perdeu o controle da bola que veio em minha direção (a rua é em declive). Eu, na minha, ia deixar passar quando ouvi a voz de criança: "Pega aí, tio". Travei a bola, fiz duas embaixadinhas (eu sou do ramo) e devolvi a bola com um certo efeito pra sacanear o cara. Não deu outra, quando ele tentou dominar, a bola escapou-lhe e a criança falou mais alto. Deixou de lado a arma, correu atrás da bola, dominou-a, fez duas embaixadinhas também e mandou pra mim, com mais efeito ainda. Já disse que sou do ramo e não dei mole. Matei a bola, fiz diversas embaixadinhas e devolvi-lhe a bola, dessa vez com açúcar e com afeto. O moleque riu e perguntou: "Vai pra onde?". Dei o endereço e ele disse: "É longe paca!" Ato contínuo, ordenou a um motoboy que passava pelo local: "Leva o coroa na casa de fulano e vai devagar que o cara é maneiro!" Eu ganhara um amigo.

Quando eu montei na moto, ele se despediu assim: "Qualquer problema, diz que tá com o Tico"... Ao me afastar, vi que ele havia retomado a arma. O menino se fora, voltara o traficante e pensei que esse menino só quer jogar bola, mas que nossa sociedade doente deu-lhe como alternativa de sobrevivência uma AR-15 (ou seja qual for o nome daquela enorme arma de poder letal). Nunca mais voltei à favela, onde sou amigo do Tico, que resgatou em mim, por segundos, o menino que um dia fui. ■

* Jornalista.



Maioridade penal aos 16 tem vitória parcial no Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou em 26 de abril, por 12 votos a 10, a proposta de emenda constitucional (PEC) redigida pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. O texto, resultado de seis PECs que já tramitavam na comissão, estabelece que, para ser enviado ao regime prisional, o adolescente deve ter cometido tráfico de drogas, prática de tortura ou crimes hediondos – como seqüestro e homicídio qualificado – e ter ciência do ato cometido. Essa capacidade, de acordo com a proposta, será avaliada por uma junta e medida através de laudos técnicos elaborados pela Justiça, e o cumprimento da pena deve ser feito em local diferenciado do destinado aos maiores de 18 anos. No caso de crimes não hediondos, a pena é substituída por medidas socioeducativas.

A exceção de três senadores – Wellington Salgado e Jarbas Vasconcellos, do PMDB, e Jefferson Peres, do PDT – a base aliada do governo se posicionou contra a redução da maioria penal. O presidente Lula já havia dado várias declarações contrárias à mudança, mas tanto governo quanto oposição liberaram seus senadores para votar livremente, por entenderem que esta era uma questão de foro-íntimo. Peres foi um dos mais radicais em seu discurso, falando em problemas genéticos e segregação de adolescentes.

“Repilo veementemente essa história de culpa coletiva, de que o menor virou um monstinho por culpa da desigualdade social. Quero que menores que cometeram crimes gra-

Senador Jefferson Peres:
“Repilo essa história de culpa coletiva, de que o menor virou um monstinho por culpa da desigualdade social. Quero que menores que cometeram crimes graves e forem avaliados como irrecuperáveis sejam segregados da sociedade”.

ves e forem avaliados como irrecuperáveis sejam segregados da sociedade”, declarou.

A PEC segue para votação em dois turnos no plenário do Senado. Para ser aprovada, requer 66% dos votos. Depois, precisa passar pela Câmara dos Deputados, onde deve se somar a outras propostas que tratam do tema. Análises feitas pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos revelam que 71% das legislações do mundo estabelecem um critério de 18 anos para idade penal. Os estudos também mostram experiências de países que reduziram a maioria penal tentando reduzir a violência, mas que registraram aumento. Foi o que aconteceu recentemente na Espanha. O governo reviu para 18 anos a idade penal que tinha sido reduzida para 14. ■

Da redação, com informações da Agência Carta Maior e Terra.

O Brasil adota a imputação penal apenas para os maiores de 18 anos desde o Código Penal de 1940. O Código Penal de 1890 considerava os limites de 9 a 14 anos. Até os 9 anos, o infrator era considerado inimputável. Entre 9 e 14, o juiz verificava se o infrator havia agido com discernimento, podendo ser considerado criminoso. O Código de Menores de 1927 consignava 3 limites de idade: com 14 anos de idade o infrator era inimputável; de 14 até 16 anos de idade ainda era considerado irresponsável, mas instaurava-se um processo para apurar o fato com possibilidade de cerceamento de liberdade; finalmente entre 16 e 18 anos de idade, o menor poderia ser considerado responsável, sofrendo pena. A Lei Federal 6.691 de 1979, o chamado Código de Menores, reafirmou o teor do CPB quando classificou o menor de 18 anos como absolutamente inimputável. A Constituição de 88 estabeleceu a idade de 18 anos para a maioria penal, o que foi seguido pela Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Sob o âmbito do Direito Comparado, é difícil um entendimento único na medida em que a fixação da idade da imputação penal, por si só, não detém um critério científico puro, sendo mais uma questão de política criminal. Basta se ver que a idade mínima para a responsabilidade criminal é de 7 anos na Austrália, Egito, Kuwait, Suíça e Trinidad e Tobago; 8 anos na Líbia; 9 anos no Iraque; 10 anos na Malásia; 12 anos no Equador, Israel e Líbano; 14 anos na Armênia, Áustria, China, Alemanha, Itália, Japão e Coréia do Sul; 15 anos na Dinamarca, Finlândia e Noruega; 16 anos na Argentina, Chile e Cuba; 17 anos na Polônia e 18 na Colômbia e em Luxemburgo. ■

Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
Assistente Ministerial
do MP de Pernambuco

Como fabrica

Siro Darlan*

Escolha uma criança, de preferência negra e de uma família de prole numerosa; é recomendável o sexto ou sétimo filho, e que o pai seja omissivo no cumprimento do exercício do poder familiar e sequer tenha registrado seu filho. Os irmãos devem preferencialmente ser de pais diferentes e, a mãe, se não for al-

coólatra, deve estar desempregada. Deve residir em comunidade onde o poder público só comparece para trocar tiros e deixar vítimas. Esta não pode ter escola, nem posto de saúde e deve receber com frequência a visita do "caveirão". Será fácil achar essa comunidade no Rio de Janeiro.

Ensine, desde cedo a essa criança, que ela não é amada, que é rejeitada por sua própria mãe, que a todo instante demonstra sua insatisfação com a maternidade. Para tanto, espanque-a pelo menos três vezes ao dia para que ela saiba que, na vida, tudo tem que ser tratado com muita violência. Impeça qualquer possibilidade de desenvolver-se sadia, pois esse fato estragará todo o seu projeto. Importante: repita sempre para essa criança que ela é má, coisa ruim e odiada pela família, principalmente porque chegou para dividir o pequeno espaço que os abriga e a escassa alimentação.

Pode-se optar por deixá-la em casa, na ociosidade, afinal faltam vagas nas creches do município, ou se preferir, encaminhe-a para uma escola onde os professores faltem muito e que as greves sejam frequentes, caso contrário ela pode correr o risco de gostar de estudar e aí ser muito difícil continuar analfabeto, o que pode colocar em risco o seu projeto.

Na escola, procure discriminá-la e desestimular seu estudo, reprovando-a sempre. E, se praticar alguma traquinagem, expulse-a da escola. Importante também: não permita que seja alfa-

betizada porque ela pode desejar entrar no competitivo mercado de trabalho e ocupar o espaço reservado aos filhos das elites.

Outra opção interessante é colocar a criança para trabalhar desde muito cedo. Infância pra quê? Perder tempo com brincadeiras não é coisa para criança favelada. Tem mesmo é que ganhar a vida muito cedo e ainda trazer dinheiro para sustentar a família faminta. A rua está cheia de espaço público para que elas fiquem vendendo balas e jogando bolinhas até que possa ser "usada" na exploração sexual, uma atividade lucrativa muito estimulada por adultos.

Fragilize-a. Não permita qualquer acesso à saúde; médicos e medicamentos devem ser mantidos à distância. Os hospitais públicos devem ser sucateados. Afinal, é preciso garantir os lucros cada vez maiores dos poderosos planos de saúde. Para acelerar sua debilidade, aproxime-a das drogas; a cola de sapateiro é um bom começo e ajuda a "matar a fome". Se usar maconha, prenda logo esse marginal por estar usando uma droga tão cara já que tem disponível a cola e o "crack" muito mais baratos.

A campanha pela redução da responsabilidade penal é imprescindível para pôr logo esses "perigosos bandidos" na cadeia. Afinal são eles os grandes responsáveis por tanta violência ainda que os índices oficiais não cheguem a 2% dos atos violentos atribuídos aos jovens, e o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro tenha constatado que eles são

agentes de violência num percentual de 9,8% contra 91,2% onde são vítimas. Pura manipulação dos dados para favorecer estes "trombadinhas". Reduzindo a responsabilidade penal você fica livre mais rápido dessa "sujeira" que ocupa os logradouros públicos, denunciando a incompetência dos administradores públicos para implementar as políticas públicas necessárias para a promoção dos excluídos à categoria de cidadãos.

É claro que eles já têm maturidade para responder por seus atos criminosos. Afinal, assistem diariamente às nossas pedagógicas novelas e são informados pelos despreziosos noticiários, que mesmo tratando o telespectador como a família Flinstones, a mídia jamais influencia a nossa "livre" opinião. E, claro, todas as crianças e adolescentes do Brasil têm à sua disposição as melhores escolas do mundo.

A educação pública também deve ser da pior qualidade. Onde já se viu o ensino público competir com os tubarões do ensino particular? Caso isso venha a ocorrer, como manter os altos preços das mensalidades escolares? E a queda do lucro e isso, nunca! Aquela idéia maluca de construir escolas de atendimento integral, com médicos, dentistas, atividades profissionalizantes, prática esportiva felizmente já saiu de pauta. Ficamos livres daqueles insanos, que já morreram. Queriam aplicar todo nosso dinheirinho dos mensalões e sanguessugas em educação. Que desperdício!

Pode-se até fazer concessões com relação ao lazer. Deixe-a soltar pipas e foguetes, somente se estiver a serviço dos bandidos. Isso pode ser muito lucrativo para essa criança. O tráfico dá a ela a oportunidade que os empresários negam, de participar na divisão das riquezas com seu "trabalho ilícito". Pode-se permitir, também, que brinque de mocinho e bandido e que as armas sejam de verdade, assim morrem mais rápido. As estatísticas mostram essa realidade.

O direito à convivência comunitária lhe deve ser assegurado, mas com ressal-

Ar um bandido

vas. Mantenha-a em uma comunidade comandada pela bandidagem. Ali ela não terá outra opção: ou adere ou morre. Se aderir, isso será por pouco tempo, porque logo será presa; é mais fácil prender crianças como "bucha de canhão" do que os adultos que as exploram e coagem; ou, então, logo ela será um número nas estatísticas do extermínio. Vez por outra, deixe-a fazer um estágio nas "escolas de infratores". A convivência com outros adolescentes de mais idade, que praticam infrações mais graves, poderá aperfeiçoá-la e promovê-la a outra categoria do crime. Detalhe: essa "escola" deve estar à margem das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente e os "educadores" devem odiar crianças e estar sempre munidos de palmatórias e cassetetes. Não pode essa escola ser dotada de qualquer proposta pedagógica, porque corre o risco de desviar o adolescente de seu destino criminológico.

Providencie uma poderosa campanha publicitária na mídia para que a opinião pública eleja essa criança seu inimigo público número um. Exiba sempre, nas primeiras páginas dos jornais, toda e qualquer infração praticada por criança ou adolescente, ainda que essa violência a eles atribuída seja uma raridade. Repita, sempre, nos maiores jornais e emissoras de televisão que ela é uma perigosa assassina, responsável por toda a violência existente no país.

Nunca admita a efetivação dos preceitos constitucionais que lhe garan-



tem direitos fundamentais que são costumeiramente desrespeitados pela família, pelo Estado e pela sociedade. Nunca diga que ela é vítima da omissão e da ausência de políticas básicas; isso pode ser considerado demagogia e a até acusarem você de defensor dos direitos humanos, o que é um conceito pejorativo no meio dos humanos.

Com uma campanha desse tipo, garanta-se que os verdadeiros bandidos e mafiosos ficarão em segundo plano. Corruptos fraudadores, ladrões do dinheiro público só merecem publicidade uma vez ou outra para disfarçar. A ênfase maior deve ser dada ao "pivete", "trombadinha" e "dimenor".

Nunca deixe que se faça uma campanha para a colocação em família substituta: isso pode reduzir em muito o exército dos excluídos e considerar mais uma forma desleal de competição com nossos "mauricinhos" e "patricinhas".

Tudo que você proíbe a essas crianças estimule aos outros adoles-

centes. Deixe que freqüentem boates promíscuas onde podem exercer suas carências afetivas agredindo os outros e usando drogas. Lá a venda de bebidas alcoólicas é livre para adolescentes abastados. O sexo é livre e sem limites. Nossos filhos precisam aprender a serem "homens" desde cedo. O acesso às drogas é permitido e até estimulado. Deixe que essa criança perceba que existe essa diferença no tratamento aos cidadãos que vivem sob a mesma lei. Isso servirá para aumentar as diferenças sociais, o ódio e a frustração de não poder ser tratada como o outro.

Pronto, você conseguiu, finalmente, criar o seu monstro. Agora conviva com ele. ■

* Desembargador do TJ-RJ.

Dos EUA ao Rio, o (triste

Henri Figueiredo*

Virginia Tech University, Estados Unidos, 16 de abril. O estudante Cho Seung-hui, 23 anos, executa 32 colegas usando duas pistolas: uma Walther calibre 22 semi-automática e uma Glock 9mm, que comprara cinco semanas antes por 571 dólares. A nota da compra foi encontrada em sua mochila. Sobreviventes dizem que ele chegou a usar as pistolas simultaneamente. Outras 29 pessoas ficaram feridas. Depois do ataque, e de ter enviado vídeos e fotos suas, com as armas, para a rede TV NBC, Cho se suicidou com um tiro no rosto. O massacre chocou o mundo inteiro e a dor das famílias foi coberta por dias pelas principais agências de notícias. No Brasil, os jornais publicaram cadernos especiais com foto e histórico de cada vítima.

Rio de Janeiro, Brasil, 17 de abril. Confronto entre grupos de narcotraficantes no Morro da Mineira, conflito com a Polícia Militar em Bangu, tiroteio na rua México, no Centro, e o ataque a um policial militar, em Benfica, resultam em 22 mortos. Os feridos, engrossando as frias estatísticas, contaram-se às dezenas. Um túnel foi fechado, escolares ficaram na linha de fogo, ônibus com passageiros foram atingidos por balas de fuzis. No dia seguinte, os editoriais, por um lado, criticavam o livre acesso às armas nos EUA e, por um outro, clamavam pelo endurecimento da ação policial contra a "bandidagem" no Rio. Muitos analistas reforçavam o desejo de ter as Forças Armadas nas ruas. Até agora, a opinião pública não conhece a história da grande maioria das vítimas da matança carioca.

Rio de Janeiro, Riocentro, 17 de abril. É aberta a sexta edição da maior feira da indústria bélica no continente. A Latin America Aero & Defence



Alex posa com a Glock: "Não é a arma que faz o crime".

(LAAD) reuniu 300 expositores de 30 países com o que existe de mais moderno em armamento. A Feira da Morte, capitaneada por empresas dos Estados Unidos, mas com a presença de países não-alinhados como o Irã, por exemplo, tinha um estande que se destacava: o das pistolas austríacas Glock. Motivo: os visitantes tinham a oportu-

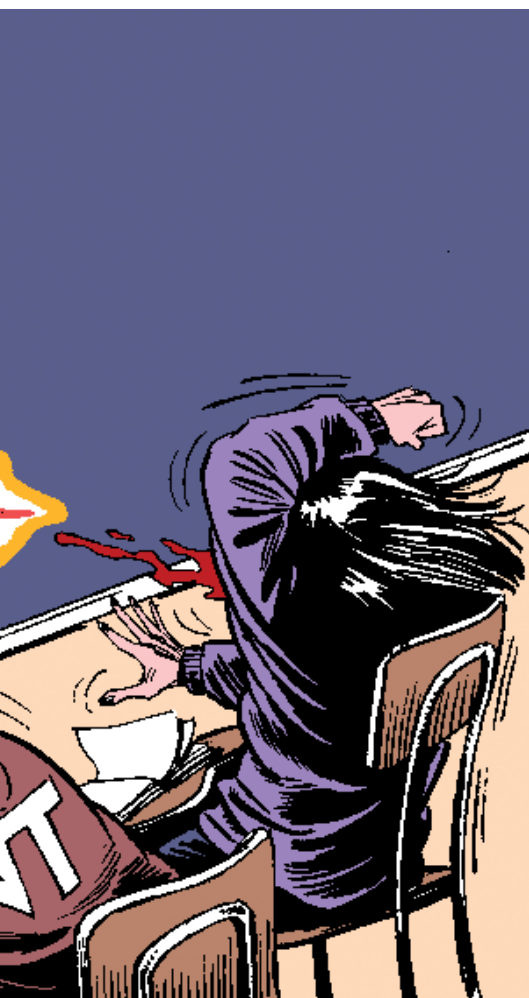


Míssil: vendedor mostra a oficial "vantagens" da arma

nidade de manipular as armas e, inclusive, fazer fotos com elas.

Um desses admiradores de armas é o jornalista Alex Figueiredo, que também é sargento do Exército. Questionado se o gesto de tirar uma fotografia empunhando uma Glock não era muito parecido ao do estudante de Virginia

e) espetáculo das armas



Fotos: Henri Figueiredo



Bosque: "Tratados impedem que o Brasil se arme para o ataque".



Encanto: armas glamourizadas e desconexão com a realidade



Choque: fila de jovens para "testar" a pistola não letal que paralisa o alvo com descarga elétrica

Tech, o sargento foi enfático: "Não é arma que faz o crime. Gosto de pistolas e essa é uma das melhores do mundo", justificou. Ali perto, em outro estande, um oficial identificado como coronel de Comunicações Félix, com credencial do Ministério da Defesa, recebia instruções de um vendedor de mísseis anti-aéreos. "Este é de última geração, dura 15

anos e o importante é que pode ser estocado", listava o vendedor para um oficial não muito interessado.

Quem ficou encantado com o lança-mísseis foi o piloto Leopoldo Bosque, investigador de acidentes aeronáuticos da FAB. Com um ar tranquilo e ironizando reportagens de conotação

"pacifista", Bosque defendeu a necessidade de as Forças Armadas se equiparem melhor. "Por causa de tratados internacionais só podemos ter forças de defesa, não de ataque. O problema do Brasil é mais interno, onde há uma ditadura social. A classe média está acabando, e país sem classe média é uma ditadura", discorreu o aeronauta, pouco antes de manusear o lança-mísseis como criança com brinquedo novo.

O ar de encantamento, quase de culto, da maioria dos presentes ao se aproximar de equipamentos letais como granadas, fuzis, submetralhadoras, canhões, mísseis e pistolas denotava a desconexão entre a necessidade de se armar e o efeito real do uso desse aparato. Era como se a assepsia do ambiente de uma feira internacional, com belas recepcionistas, coquetéis e ar-condicionado, pudesse elevar o visitante a um mundo em que estes instrumentos só servem à proteção, nunca à agressão – como na Virgínia ou no Morro da Mineira.

Apesar disso, foi possível encontrar um grupo que apresentava uma arma não letal. Conhecida pela marca, Taser, trata-se de uma pistola que descarrega energia elétrica (armazenada em forma de bateria) em um organismo vivo com o propósito de paralisar-lhe o corpo. Assim, o autor do disparo pode dominar o alvo. "Estas armas começaram a ser usadas no Brasil pelo Senado Federal", explica Niwaldo Werner Junior, policial legislativo federal. No estande da Taser havia uma longa fila de voluntários para levar choque. Quase todos jovens, muitos militares, que invariavelmente caíam sobre um colchonete paralisados e aos gritos. Uma experiência ruim? Possivelmente não. A maioria saía sorrindo e comentando: "muito bom, muito bom". ■

*Da redação



Texto e fotos: Henri Figueiredo

Depois de quase quatro anos à frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Soldatelli Rosseto, 46 anos, tem viajado pelo país "como militante do PT". O ex-sindicalista gaúcho esteve no Rio de Janeiro no final de abril e atendeu ao convite de *Idéias em Revista* para esta entrevista. Vendo o trabalho que iniciou no MDA ser continuado pelo seu ex-secretário-executivo, o agora ministro Guilherme Cassel, Rosseto considera que um dos entraves ao Programa de Reforma Agrária é a não atualização do índice de produtividade, que é a tradução legal da idéia da função social da terra, dentro de uma perspectiva econômica: "Os indicadores agrícolas para uma grande propriedade ser considerada produtiva ou improdutiva são do ano de 1975. Obviamente há uma enorme defasagem em relação aos avanços dos últimos 30 anos". Rosseto começou a trajetória política como líder sindical dos metalúrgicos e, mais tarde, dos petroquímicos. Tornou-se dirigente da CUT, deputado federal e vice-governador do Rio Grande do Sul na gestão de Olívio Dutra. Chegou ao governo Lula como o único representante no primeiro escalão da tendência Democracia Socialista (DS), ala mais à esquerda do PT. É considerado um dos mais fortes candidatos à sucessão de José Fogaça (PPS) na prefeitura de Porto Alegre.

Leia a íntegra da entrevista no portal do Sisejufe.

Rosseto: 4 um Judici

IDÉIAS EM REVISTA – O senhor, assim como o ministro que o sucedeu, também está cansado da retórica do MST? E também a considera "vazia"?

ROSSETO – *Não acho correto, porque não é verdadeiro, quando o MST diz que nada foi feito. O movimento social, um parlamentar, um partido pode ter várias opiniões sobre ritmo, qualidade, velocidade de qualquer reforma. O que não é correto é afirmar que não foi feito. Despolitiza, deseduca e não acumula o que foi conquistado pelos próprios movimentos sociais. Nos primeiros quatro anos do governo Lula assentamos 360 mil famílias de uma meta de 400 mil. O dado é que não há nenhuma experiência mundial de uma nação oferecer um projeto mais igualitário para o seu povo sem que em algum momento da história tivesse produzido uma repartição mais justa de seus recursos naturais, e aí vem a terra. Para compreendermos a dinâmica fundiária ou agrária temos que nos abrir a todos aqueles que têm direito à terra: os povos indígenas, o povo negro quilombola; portanto quanto falamos de uma agenda de Reforma Agrária, na minha opinião, o melhor conceito é uma reforma do "agrário brasileiro". Pressupõe distribuir melhor a terra para quem não tem, exige políticas agrícolas e de infraestrutura que permitam que os mais de 4 milhões de pequenos produtores que estão na terra produzindo na condição de arrendatário, de posseiro ou de proprietário, tenham condições de continuar produzindo e morando no meio rural. Seria um erro tirar uma fotografia do meio rural brasileiro onde apareça tão-somente sem-terra e dono de latifúndio.*

IDÉIA EM REVISTA – É nessa "fotografia" que está o descompasso entre o MST e o governo?

“Não interessa a ninguém árrio que se fecha”

ROSSETO – *Eu acho que sim. Todos os movimentos sociais merecem todo nosso respeito. O MST organiza o povo pobre do meio rural e tem uma perspectiva de uma agenda correta para o Brasil, que é a Reforma Agrária. Agora, não compreender uma estratégia política que constrói alianças e interesses comuns a partir dos interesses populares, dos pobres do meio rural, limita a capacidade de mudança. O Brasil tem campo, floresta, cerrado, caatinga e semi-árido. Compreender um processo de desenvolvimento rural exige compreender as naturezas ambientais, culturais e sociais de cada parte do nosso território. Nós precisamos de várias reformas agrárias. Não podemos mais repetir os desastres de décadas passadas de imaginar um processo de ocupação territorial no Rio Grande do Sul e no Pará da mesma forma.*



Palestras: ex-ministro tem viajado pelo Brasil como conferencista.

IDÉIAS EM REVISTA – Não é preciso resolver o déficit de servidores no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)?

ROSSETO – *É complexo falar em déficit de pessoal, porque o Incra, por exemplo, não faz mais pontes, como já fez. Hoje contrata serviços. A missão do Incra é acompanhar os assentamentos. É importante que as pessoas saibam que o Brasil não se assenhorou do seu território. O país desconhece partes enormes de seu território, não há controle, não há regularização, não há conhecimento da ocupação.*

IDÉIAS EM REVISTA – Mas também há grandes áreas, dentro de grandes cidades, em que o Estado não está presente.

ROSSETO – *Exato. Aqui, no Rio de Janeiro, por exemplo, a República, o Estado, não se assenhorou do território. A tradução dis-*

“Não é verdadeiro quando o MST diz que nada foi feito (...) Despolitiza, deseduca e não acumula o que foi conquistado pelos próprios movimentos sociais. (...) Seria um erro tirar uma fotografia do meio rural brasileiro onde apareça tão-somente sem-terra e dono de latifúndio.”

so muitas vezes é a inexistência ou a negação de direitos fundamentais para uma população que está vivendo numa área irregular. O dramático é que esse direito fundamental de estar instalado dignamente, atendido, não foi assegurado nem no Rio de Janeiro e nem no interior do Pará.

IDÉIAS EM REVISTA – A quem interessa que essa situação se mantenha?

ROSSETO – *Posso dizer a quem não interessa. Uma das grandes responsabilidades da democracia brasileira, e da participação popular, é o povo brasileiro entender que é ele que tem interesse direto em acabar com esse padrão de conflito fundiário na Amazônia e de confronto armado no Rio. Quem morre na Amazônia? Quem morre no Rio? É o jovem, negro, pobre.*



“Sindicato tem uma responsabilidade política com o país, de expressar e disputar uma opinião de país, para além de sua categoria.”

IDÉIAS EM REVISTA – O Judiciário brasileiro hoje, principalmente o Federal, tem sido uma arma contra a Reforma Agrária. Como o senhor vê esse problema?

ROSSETO – *Não gosto de generalizar, por isso é importante dizer que há setores do Judiciário Federal que são conservadores e, mais do que isso, reacionários. Assim como temos setores que têm outra opinião. Há na sociedade brasileira uma desvalorização da idéia do Direito Agrário. Se resolve isso dentro de um ambiente democrático onde o Judiciário deve se abrir para a sociedade. Existem experiências positivas de Varas Agrárias. Não interessa a ninguém um Judiciário que se fecha. A legitimidade de uma instituição republicana se dá na transparência permanente de seus atos frente à sociedade. O Judiciário não deve ser uma instituição enclausurada, porque isso é ruim para a democracia e para o próprio poder.*

IDÉIAS EM REVISTA – Como o senhor vê, tendo em conta que já trabalhou num Pólo Petroquímico, a questão dos biocombustíveis e a polêmica em torno da ameaça de o país voltar a um ciclo de monocultura?

ROSSETO – *O Brasil convive com monoculturas, que são experiências muito ruins, do ponto de vista ambiental, da concentração de renda e da concentração fundiária. Da pecuária à soja. Do florestamento ao café e à cana. A monocultura não é boa em nenhum sentido,*

não é sustentável do ponto de vista econômico e social porque exige um padrão tecnológico que só sobrevive com concentração fundiária e alta escala de produção. É cara e, ao mesmo tempo, insustentável do ponto de vista ambiental. Uma grande extensão de terra com baixíssima biodiversidade é um território pobre. Aí vem as pragas e a resposta da natureza a este padrão de agressão. Este é um debate. Outro debate há reflexões sérias, que também fazemos, no sentido de impor regras em que esta capacidade positiva de respondermos à questão energética no Brasil, já que temos escolhas e oportunidades de sair da matriz petróleo, que isso não se torne um problema. Temos que enfrentar a questão do aquecimento global, não é questão para ontem. Temos a oportunidade de gerarmos combustível com um padrão de agressividade menor, um combustível renovável, produzido a partir do nosso solo. Isso pode ser sim uma grande fonte de renda agrícola mais democratizada. Mas temos que disputar como disputamos o biodiesel. Na minha opinião uma das grandes conquistas do Programa do Biodiesel, impostas pelo Governo Federal, foi um instrumento tributário que estimula a compra das oleoginosas de pequenos produtores. Ou seja, as indústrias cooperativas que adquirem a matéria-prima de pequenos produtores têm uma enorme redução de tributos federais. Portanto, isso é pensar mais do que num programa energético, é compreender que graças à tecnologia de que nós dispomos, o Brasil tem condições de responder às questões ambientais e enfrentar a pobreza rural.

IDÉIAS EM REVISTA – Não lhe parece que é necessária uma re-invenção do sindicalismo no Brasil, num segundo governo Lula, cuja base histórica são os movimentos sociais e sindicais?

ROSSETO – *Sindicato é para defender a classe trabalhadora, para disputar renda, direta e indireta, e sindicato tem uma responsabilidade política com o país, de expressar e disputar uma opinião de país, para além de sua categoria. Uma renda indireta, por exemplo, é ter uma boa escola pública. Os sindicatos brasileiros têm que cada vez expressar a posição das suas categorias, mas não só na defesa dos interesses imediatos, também no conjunto das demandas por um país mais justo.* ■

Foto: Márcio Machado/AEN-PR



Do mesmo lado: Rosseto, como ministro, reunido com Requião e Stédile.

Fenajufe aprova 23 de maio como Dia Nacional de Lutas

Leonor Costa*

A necessidade de intensificar a luta contra a retirada de qualquer direito dos trabalhadores e a derrota o PLP 01/07, foram algumas das reivindicações mais presentes na reunião ampliada da Fenajufe, realizada no dia 5 de maio, em Brasília. O evento reuniu 75 delegados e 8 observadores, que votaram o plano de lutas dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, seguindo decisão do 6º Congrejufe.

Decidiu-se integrar a mobilização nacional da CUT, em 23 de maio, o chamado Dia Nacional de Lutas. Nesse dia, os servidores do Judiciário e do MPU, mostrarão à sociedade, ao Executivo e ao Legislativo que estão mobilizados para combater qual-

quer medida que retire direitos dos trabalhadores, contra o Projeto de Lei Complementar nº 01/07, em defesa da manutenção do veto à emenda 3 e contra a PEC 02/03.

Em relação à emenda 3, a reunião ampliada aprovou que além de lutar pela manutenção do veto, os trabalhadores devem lutar contra qualquer substitutivo que permita a regulamentação da contratação de trabalhadores como Pessoa Jurídica e que flexibilize ainda mais as relações trabalhistas. No Dia Nacional de Lutas, os servidores também vão pautar a campanha pela ratificação da Convenção 151 da OIT, que garante a negociação coletiva no serviço público.

Além do calendário de mobilizações, foi incluído no plano de lutas da categoria a reivindicação histórica da CUT em defesa da ratificação da Convenção 87 da OIT, que garante a liberdade de organização sindical dos trabalhadores públicos. De acordo com a redação aprovada, os servidores deverão exigir que o governo brasileiro reconheça a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, para que os servidores públicos do Brasil conquistem definitivamente o direito à plena liberdade de organização sindical, sem interferências do governo, garantindo a liberdade e autonomia sindicais. ■

* Imprensa - Fenajufe

Pauta aprovada em 5 de maio

- a] respeito à data-base;
- b] recuperação das perdas salariais a partir de 1995 [Dieese];
- c] piso salarial do Dieese para todas categorias;
- d] defesa da previdência pública e revogação das reformas de FHC e Lula;
- e] revogação da reforma administrativa, que retirou 56 direitos com garantia imediata da licença para mandato classista e de licença para atividades sindicais;
- f] paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- g] fim das terceirizações e da privatização;
- h] lutar contra os contratos temporários, com exceção daqueles previstos na Constituição Federal;
- i] concurso público e novas vagas valorizando o serviço público.

Cresce adesão ao software livre

Usuários de software livre ainda fazem parte de uma minoria e a plena utilização desses programas esbarra em questões como a falta de informação sobre os aspectos positivos que podem gerar e também pela acomodação de quem aprendeu a lidar em computadores com programas pagos. Por isso, já há oito anos, a realização do Fórum Internacional de Software Livre (Fisl) tem se tornado a grande oportunidade de se mostrar a importância do uso dessas ferramentas de informática. O encontro reuniu simpatizantes e desenvolvedores de programas do mundo inteiro, de 12 a 14 de abril, em Porto Alegre.

O Sisejufe-RJ, que opera com sistema Linux, uma alternativa livre ao Windows da Microsoft, enviou o diretor João Mac-Cormick ao evento. "O uso do software livre demonstrará que é possível adotar um mecanismo que socializa a produção, diferentemente do modo capitalista, que implica na concentração de renda e na exploração da classe trabalhadora", afirma Mac-Cormick.

No 8º Fisl foram apresentadas experiências bem-sucedidas no uso desses programas, como a do Banco do Brasil, que já economizou R\$ 89 milhões, desde que passou a usar software livre. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) divulga suas informações utilizando o GeoSUAS – Georreferenciamento do Sistema Único de Assistência Social, sistema baseado somente em software livre. São indicadores sociais dispostos por meio de mapas de todos os municípios brasileiros. São gerados cerca de 150 mapas simultaneamente pelo portal (<http://aplicacoes.mds.gov.br/geosuas>). Existem várias tabelas no banco de dados: uma com 15 milhões de registros e outra com dez milhões. "Um estudo prévio demonstrou que o banco de dados PostgreSQL, baseado em sof-



ware livre, teve melhor desempenho que os outros que usam software proprietário (Oracle e Microsoft Sq1 Server)", informou Fabiana Fernanda Santos, representante do ministério.

Em 2003, a certificação digital ainda era incipiente no país. Na época, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) emitiu apenas três mil certificados, utilizando uma plataforma importada dos Estados Unidos, com pagamento de *royalties*. Após desenvolver uma solução totalmente nacional, com software livre, houve uma redução de custos, possibilitando a emissão de 300 mil certificados e a certificação de 20 mil servidores da Receita Federal.

Os resultados, financeiros inclusive, vão aos poucos quebrando a resistência de empresas e usuários domésticos ao software livre.

Os resultados, financeiros inclusive, vão aos poucos quebrando a resistência de empresas e usuários domésticos ao software livre. De acordo com João Mac-Cormick, a manutenção do software é feita pelos próprios integrantes da comunidade de desenvolvedores, voluntários. "A decisão de liberar o código fonte de um programa é resultado de um consenso do grupo ou de decisão da maioria, focada apenas na solução de erros e na implementação de novas características, sem visar o lucro", explica. ■

PAC: os dois lados da moeda

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo governo Lula começa a apresentar resultados. Uns, na avaliação de Brasília, positivos. Outros, pela ótica dos servidores públicos, nem tanto. É certo, entretanto, que é cedo para que o plano seja defenestrado, como apregoam setores do movimento sindical e da sociedade organizada.

O ministro da Fazenda Guido Mantega vê como positivo o cumprimento dos objetivos macroeconômicos do plano no primeiro quadrimestre do ano. Entre as metas fundamentais do PAC estão, como o próprio nome diz, a aceleração do ritmo de crescimento da economia; o aumento do número de emprego e da renda da população para diminuir as desigualdades sociais e regionais; além da manutenção dos fundamentos da política macroeconômica como inflação baixa, consistência fiscal e solidez nas contas externas. Para o ministro, o panorama atual indica um aumento da confiança do empresariado na economia do país. Para isso contribuiu o quadro de expansão do volume de crédito aliado a uma trajetória de redução da taxa básica de juros, a Selic. A meta do PAC, de acordo com Mantega, é baixar os juros atuais de 12,1% para 9,5% até 2010, período de vigência do plano. Além do crédito, a massa salarial também estaria em evolução, o que para o ministro indica que o país "está construindo um robusto mercado consumidor".

Mantega lembra que ainda falta implementar pontos como a entrada em vigor da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, prevista para o segundo semestre de 2007. É prevista na nova legislação a redução da alíquota da contribui-



É prevista a redução da alíquota da contribuição

previdenciária dos autônomos de 20% para 11% de quem contribui sobre um salário mínimo, o que beneficiará a população de baixa renda.

ção previdenciária dos autônomos de 20% para 11% de quem contribui sobre um salário mínimo (R\$ 380), o que beneficiará a população de baixa renda. Do ponto de vista dos recursos, o governo reservou 20% do total a ser destinado para o plano este ano, em torno de R\$ 9,5 bilhões, segundo o ministro do Planejamento Paulo Bernardo. Em termos de infraestrutura, o Estado do Rio de Janeiro será um dos grandes beneficiados, com empreendimentos como



Pelo programa, o limite para os gastos com

servidores nos três poderes será a variação do IPCA mais 1,5% ao ano.

a criação do Arco Metropolitano do Rio, composto por um eixo rodoviário, ferroviário, logístico, industrial que complemente o de São Paulo e amplie a capacidade logística do país.

Os aspectos mais críticos do PAC, neste primeiro momento, afetam sobretudo o funcionalismo público federal. O plano cria um teto para a expansão das despesas com pessoal, impondo um freio nos gastos com as folhas de pagamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Pelo programa, o limite para os gastos com servidores nos três poderes será a variação do IPCA mais 1,5% ao ano. "No conjunto o plano parece muito bom, mas tem aspectos que limitam os ganhos salariais dos trabalhadores. Naturalmente, o sindicato é contrário a estes limitadores", afirma o diretor do Sisejufe-RJ Roberto Ponciano. O PAC prevê ainda a criação do fundo de Previdência Complementar para novos servidores federais que terá alíquota máxima de contribuição de 7,5% e acompanha tendência do mercado de fundos de pensão. O novo regime abrangerá Executivo, Legislativo e Judiciário. Os atuais servidores poderão migrar mas o governo não pretende incentivar a troca. "Estamos atentos à implementação do plano e vamos nos mobilizar sempre que os direitos dos trabalhadores forem colocados em risco", diz Ponciano. ■

As razões de fundo d

Foto: Agência EFE



Altamiro Borges*

Cruzada contra a Teologia da Libertação

O cardeal Joseph Ratzinger já esteve no Brasil por duas vezes (em 1985, logo após ter punido o teólogo Leonardo Boff, e em 1990, para ministrar um curso na diocese do Rio de Janeiro), mas esta é a primeira visita que faz como Papa Bento XVI. Pela generosa e peculiar religiosidade do povo brasileiro, que torna este país a maior nação católica do mundo, a visita tem grande significado e merece todo o respeito – inclusive dos não-católicos. Mas é preciso ir além das aparências para entender as razões de fundo da viagem. Segundo pesquisa do Datafolha, nos últimos dez anos houve uma redução de 75% para 64% da população católica e hoje a maioria dos brasileiros, incluindo os católicos, não segue vários preceitos do Vaticano, como o da virgindade, da proibição do segundo casamento e do uso da camisinha. Esta visita tem ainda o nítido intento de enquadrar os setores progressistas da igreja brasileira, respeitados mundialmente por sua “opção pelos pobres” e pela inovadora Teologia da Libertação.

Diante do chamado “êxodo católico” e do crescimento acelerado das seitas neo-pentecostais, o Vaticano prega hoje uma igreja mais confessional e voltada para os rígidos dogmas católicos e menos envolvida nas questões sociais. A própria canonização de Frei Galvão, o primeiro santo genuinamente brasileiro (contra 626 italianos, 576 franceses e 102 alemães), serviria a este intento. Mas para o teólogo Leonardo Boff, essa guinada conservadora não “sustará a sangria no corpo católico... A causa principal da saída dos católicos é a falta de inovação no seio da igreja, é a rigidez dogmática de seus ensinamentos, é a falta de bom senso nas questões da moral e da sexualidade, onde ela mostra um rosto cruel e sem piedade”.

O segundo motivo da viagem é o enquadramento dos setores progressistas. As posições ultra-conservadoras de Joseph Ratzinger já são bem conhecidas. Antes de se tornar papa, como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o outrora temido Tribunal da Inquisição, ele comandou a cruzada contra a Teologia da Libertação na América Latina, que nasceu na conferência de Medelin (Co-

lômbia), em 1968, e floresceu na conferência de Puebla (México), em 1979. Em setembro de 1984, o então chefe do Santo Ofício dirigiu o interrogatório que resultou na condenação de Leonardo Boff a um ano de “silêncio obsequioso”, sendo proibido de dar entrevistas, proferir aulas, publicar livros e dirigir a Editora Vozes.

Naquela ocasião, sentado na mesma cadeira em que Galileu Galilei foi punido 400 anos antes, o brasileiro ouviu do cardeal alemão a dura sentença: “Eu conheço o Brasil, aquilo que vocês fazem nas Comunidades Eclesiais de Base não é verdade, o Brasil não tem a pobreza que vocês imaginam, isso é a construção da leitura sociológica e ideológica que a vertente marxista faz. Vocês estão transformando as Comunidades Eclesiais de Base em células marxistas”. Com a sua conhecida coragem, Dom Paulo Evaristo Arns, que acompanhou Boff ao tribunal, retrucou as críticas de Ratzinger. Com mão-de-ferro, o Vaticano promoveu um baita retrocesso na igreja latino-americana, desmontando dioceses e isolando religiosos progressistas.

Pouco antes da viagem ao Brasil, o papa condenou outro teólogo ligado à teologia da libertação, Jon Sobrino, de El Salvador, num explícito recado à igreja progressista. O dominicano Frei Betto lamentou a decisão num incisivo texto, intitulado “sombras da inquisição”. “Hoje é um dia triste para mim. Dói no fundo do meu coração, no âmago de minha fé cristã. O papa Bento XVI, às vésperas de sua primeira viagem à América Latina, faz um gesto que imprime um gosto amargo às boas-vindas: condena o jesuíta Jon Sobrino... Ele fica proibido de dar aulas de teologia e todos os seus escritos devem ser submetidos à censura vaticana”.

“Sobrino mora em San Salvador, na mesma casa na qual, em 1989, quatro padres jesuítas, mais uma cozinheira e sua filha de 15 anos, foram assassinados pelo Esquadrão da Morte. O que está por

a visita de Bento XVI

Foto: notlc.simas.org.nl



Boff: “A causa principal da saída dos católicos é a falta de inovação no seio da igreja, é a rigidez dogmática de seus ensinamentos, é a falta de bom senso nas questões da moral e da sexualidade, onde ela mostra um rosto cruel e sem piedade”.

trás da censura a Sobrino é a visão latino-americana de um Jesus que não é branco e nem tem olhos azuis. Um Jesus indígena, negro, moreno, migrante; Jesus mulher, marginalizado, excluído. Aquele Jesus descrito no capítulo 25 de Mateus: faminto, sedento, maltrapilho, enfermo, peregrino. Jesus que se identifica com os condenados da Terra e dirá a todos que, frente a tanta miséria, se portam como bom samaritano. ‘O que vocês fizeram a um dos menores de meus irmãos, a mim o fizeram’ (Mateus)”, escreveu Frei Betto.

**“Normas morais”
e as “concordatas”**

Já no que se refere às “normas morais” que seriam ditadas ao governo brasileiro, é sabido que o Vaticano sempre propõe “acordos” aos países visitados,

que são tecnicamente chamados de “concordatas”. Pela via diplomática, o Itamaraty soube que a “concordata” incluiria o compromisso de tornar obrigatório o ensino religioso nas escolas públicas – num desrespeito à Constituição, que define o Brasil como país laico – e a proibição do aborto, das pesquisas com células troncos provenientes de embriões, da descriminalização de drogas leves, da união civil homossexual, dos métodos contraceptivos, das campanhas contra a AIDS, do divórcio, do sexo antes e após o casamento que não seja para a reprodução, da eutanásia e outros dogmas.

A prática das “concordatas” é antiga e é utilizada com relativa frequência. Vários países, como Portugal e a Espanha, já assinaram “acordos” deste tipo. A “Concordata de Latrão”, firmada com o ditador fascista Benito Mussolini em 1929, é a mais famosa e garantiu o status de Estado ao Vaticano. A concordata é uma convenção que fixa os compromissos entre o Estado e a Igreja Católica sobre assuntos religiosos. Ela serve ainda para preservar antigos “privilégios”, com as isenções concedidas às paróquias, seminários e a outras instituições católicas. Devido à delicadeza do tema, que inclusive despreza a existência de outras filiações religiosas, geralmente é negociada nos bastidores, sem transparência e à revelia da sociedade. Os seus eixos centrais, entretanto, são amplificados nos grandes eventos, entrevistas e sermões.

Betto: “O que está por trás da censura de Bento XVI a Sobrino é a visão latino-americana de um Jesus que não é branco e nem tem olhos azuis. Um Jesus indígena, negro, moreno, migrante; Jesus mulher, marginalizado, excluído.”

Estado laico e religiosidade popular

Durante sua viagem, ainda no avião, Bento XVI chegou a defender a excomunhão dos parlamentares que defendem o aborto, numa reprimenda aos deputados mexicanos que aprovaram a medida recentemente e numa tentativa de castrar a proposta do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, da promoção de um amplo debate público sobre a interrupção da gravidez como mecanismo de defesa da saúde da mulher. Já durante o “encontro com a juventude”, que lotou o estádio do Pacaembu (SP), ele conclamou os jovens a “manterem a castidade, dentro e fora do matrimônio” e voltou a defender o ensino religioso.

Apesar de toda a pressão, ao final da reunião com o Sumo Pontífice, o presidente Lula anunciou que não assinou qualquer “acordo” e que o Brasil continuará a “preservar e consolidar o Estado laico”. De forma diplomática, ele se comprometeu a visitar o Vaticano em breve. O papa foi recebido com toda a pompa e estrutura do Estado, a religiosidade popular teve seu momento de comoção espiritual, mas a soberania do país e as peculiaridades da fé dos brasileiros foram aparentemente preservadas. ■

*Jornalista, autor do livro “As encruzilhadas do sindicalismo” (Editora Anita Garibaldi, 2ª edição).



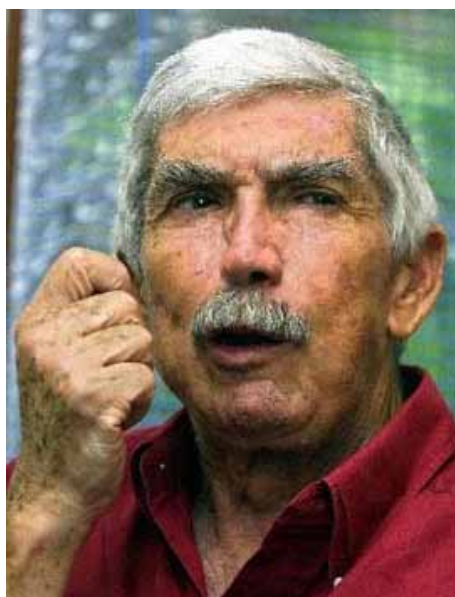
EUA dão proteção a um notório terrorista

Mário Augusto Jakobskind*

Um terrorista nos Estados Unidos ganhou a liberdade, possivelmente por pressão da Casa Branca. Trata-se de Luiz Posada Carriles. Ele deixou a prisão depois que o seu advogado pagou uma fiança de 350 mil dólares. Carriles é comprovadamente um assassino, ex-agente da CIA condenado a prisão, na Venezuela, por ser o responsável pelo atentado que explodiu um avião civil cubano, em Barbados, provocando 73 mortes. Posada Carriles, que fugiu de uma prisão na Venezuela em 1985 com a ajuda de agentes da CIA, participou ativamente da Operação Condor e depois da fuga ainda esteve presente na organização de mais atos terroristas. Inclusive em Cuba, em 1997, num hotel de Havana e que resultou na morte do jovem turista italiano Fabio Di Celmo.

Os Estados Unidos já tinham se recusado a deportar Posada Carriles para a Venezuela onde deveria estar cumprindo pena de prisão. A justiça estadunidense só levou em conta o fato dele entrar ilegalmente na Flórida, em 2005, ignorando o restante dos atos por ele praticado em vários países.

Carriles ainda participou das operações bancadas pela CIA contra a revolução sandinista, na Nicarágua, nos anos 80, juntamente com figuras que trabalham ou trabalharam nos governos Bush, pai e filho, como Otto Reich, coronel Oliver North, John Negroponte e outros hediondos do gênero.



Carriles (foto) participou das operações bancadas pela CIA contra a revolução sandinista, na Nicarágua, nos anos 80, juntamente com figuras que trabalham ou trabalharam nos governos Bush, pai e filho, como Otto Reich, coronel Oliver North, John Negroponte e outros hediondos do gênero.

Em 2000 preparou um atentado contra Fidel Castro na Cidade do Panamá, mais precisamente em uma universidade, que só não provocou uma tragédia porque o plano foi descoberto a tempo. Preso antes de acionar as bombas de alto poder explosivo, Carriles acabou sendo beneficiado por uma anistia concedida ao apagar das luzes da gestão da Presi-

denta Mireya Moscoso. Pouco antes do benefício, o então Secretário de Estado, Colin Powell esteve por lá pedindo, ou exigindo, que Moscoso libertasse o terrorista. A ex-Presidenta seguiu a risca o que o amo mandou...

Posada Carriles, além de ter trabalhado na CIA agindo na América Latina, integrou os quadros do Exército estadunidense. George Bush, pai e filho têm ligações com o referido facínora. A libertação de um terrorista como Posada Carriles demonstra que o combate ao terrorismo guarda uma grande dose de hipocrisia. Como explicar tamanha condescendência com um cidadão que cometeu vários crimes contra a humanidade?

A Federação de Jornalistas Latino-Americanos (Felap) protestou contra a libertação de Posada Carriles e exortou os comunicadores de todo o mundo a rechaçar a medida, bem como exigir que a grande imprensa internacional não seja cúmplice com o silêncio ou a minimização do grave fato. Seguindo a recomendação da Felap, a ABI também se posicionou condenando a decisão da Justiça estadunidense favorável a Carriles, que, sem dúvida, teve a influência da Casa Branca. O governo norte-americano teme que Carriles, conhecedor de vários segredos que podem incriminar alguns ex-presidentes dos Estados Unidos, possa decidir contar tudo o que sabe. É por aí que se deve entender a preocupação das autoridades estadunidenses. ■

* Jornalista

O voto das mulheres



A médica paulista Carlota Pereira Queiroz, eleita em 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte, foi a primeira deputada brasileira



Ernesto Germano Parés*

Ainda no século XIX, o Brasil perdeu a grande oportunidade de ter sido o primeiro país onde as mulheres teriam alcançado o direito de votar. Em 30 de setembro de 1890, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição da República, o constituinte baiano César Zama apresentou uma proposta de adoção do sufrágio universal para que as mulheres tivessem direito de votar e participar da vida política do país.

Os debates se arrastaram por dois longos anos e, apesar de alguns constituintes apoiarem a proposta de Zama, o setor conservador e retrógrado do nosso parlamento preferiu “não arriscar”. Em janeiro de 1892, tentando justificar sua posição contrária ao voto, o deputado Pedro Américo dizia: “A maioria do Congresso Constituinte, apesar da brilhante e vigorosa dialética exibida em

prol da mulher-votante, não quis a responsabilidade de arrastar para o turbilhão das paixões política a parte serena e Angélica do gênero humano”. Coelho Campos, também deputado, pelo menos foi mais direto ao dizer que “É assunto de que não cogito; o que afirmo é que minha mulher não irá votar!” E a proposta não foi votada. Um ano depois, em 1893, a Nova Zelândia aprovava a lei dando direito de voto às mulheres!

Só em 1917 a discussão volta ao Congresso quando o deputado Maurício de Lacerda, mais tarde dirigente do PCB, apresenta uma proposta de Emenda à Lei Eleitoral dando direito de voto às mulheres maiores de 21 anos. Mas a Emenda não seguiu para votação em plenário porque o relator da Comissão de Justiça, Afrânio de Mello Franco, a considerou “inconstitucional” e declarou que “As próprias mulheres brasileiras, em sua grande maioria, recusariam o exercício do direito de voto se lhe fosse concedido”.

A questão volta ao debate nacional durante a década de 1920. Em vários estados, tendo o Rio Grande do Norte como um dos pioneiros, surgem associações e grupos de mulheres lutando pelo direito de voto. O início da década seguinte é marcado pelas grandes mobilizações a favor do voto feminino e surgem nomes de expressão como Bertha Lutz, Nathércia da Cunha e Elvira Komel, entre outras.

Em 1932 explode a Revolução Constitucionalista de São Paulo e, no ano seguinte a luta chega ao fim. No dia 3 de maio de 1933, durante as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, a mulher brasileira já tem o direito de votar e ser votada em todo o território nacional. Carlota Pereira Queiroz, médica paulista, é eleita a primeira deputada brasileira. ■

* Consultor sindical e professor do curso Marxismo, do Sisejufe-RJ.

Democrata ou reacionário?

Notícias.UOL.com.br

Uma polêmica foi instalada com a morte, em 29 de abril, do publisher da Folha de S. Paulo Octavio Frias de Oliveira. Os grandes jornais foram unânimes em definir Frias, morto aos 94 anos em São Paulo, como um "democrata". Em blogs e textos distribuídos por jornalistas na internet, no entanto, ele foi mostrado com um "figurão" que teria "colaborado com a ditadura".



Mino Carta: "Hoje você vê anúncios da Folha parecendo que ela, nos anos de chumbo, sofreu muito, mas ela não sofreu nada"

De acordo com o Mino Carta, jornalista criador do Jornal da Tarde e das revistas Quatro Rodas, Veja, Isto é e Carta Capital, a qual dirige atualmente, a Folha de S. Paulo nunca foi censurada. "Ela até emprestou as suas caminhonetes C-14, usadas na distribuição do jornal, para recolher os torturados ou pessoas que iriam ser torturadas na Operação Bandeirantes. Isso está mais do que provado. Hoje você vê anúncios da Folha parecendo que ela, nos anos de chumbo, sofreu muito, mas ela não sofreu nada", bombardeia Carta. Outro que contradiz o discurso unísono da grande imprensa é o também jornalista Altamiro Borges. Segundo ele, Frias pregava abertamente o golpe midiático e parcialidade da grande imprensa.

A despedida ao empresário Octavio Frias, contudo, foi marcada por belas palavras de personalidades do mundo corporativo, artístico e político, a começar pelo presidente da República. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), "Frias canalizou os sentimentos tão fortes de liberdade e democracia pelos quais a população clamava no final da ditadura militar, e foi por meio da Folha que esse sentimento foi expressado". Quem também compareceu à missa de sétimo dia foram os jornalistas Ricardo Kotscho, ex-repórter especial da Folha, e André Singer, ex-secretário de redação – ambos integrantes do governo federal, no primeiro mandato de Lula.

O escritor Carlos Heitor Cony, colunista da Folha, diz que mesmo durante o governo de FHC, amigo de Frias, os cronistas tinham liberdade para realizarem suas críticas abertamente. Na edição de 6 de Maio da Folha, foi publicado um depoimento de Octavio Frias Filho sobre o pai. O herdeiro da Folha, descrito pelo jornalista Altamiro Borges como um *yuppie*, lembrava que o velho Frias "não tinha preconceito, nem culpa, nem mágoa".

De todas as descrições sobre o empresário, talvez a que melhor dê conta de sua complexidade tenha sido feita pelo jornalista Boris Casoy: "Não pense que ele era bonzinho, no mal sentido, com aqueles que o cercavam. Nada. Se precisasse cobrar, ele cobrava. Dava bronca, disciplinava, ensinava. Não pense que as pessoas gostavam dele porque era carinhoso. As pessoas gostavam dele porque era inteligente, racional e conhecia o ser humano." Casoy foi editor-chefe da Folha de 1977 a 1984. ■

Da Redação

Ministro do CNJ quer penas mais severas para magistrados que cometem crimes



Max Leone*

Passado o vendaval provocado pela Operação Furacão da Polícia Federal que prendeu 25 suspeitos de lavagem de dinheiro do jogo ilegal, entre eles desembargadores e juízes federais, resta saber qual será o desfecho desse triste episódio do Judiciário do país. Após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter tirado da cadeia os magistrados supostamente envolvidos no esquema, surge agora uma possibilidade de a sociedade não se decepcionar com o andamento do processo. O ministro Vantuil Abdala, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e relator da sindicância administrativa que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu para apurar a participação de juízes nas denúncias de venda de sentença à máfia dos caça-níqueis, quer instituir penas mais severas para os condenados em crimes resultantes desse tipo de investigação, como o afastamento definitivo do cargo, após a condenação.

Para isso, o ministro propõe uma modificação na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) para determinadas situações. Segundo o ministro, a Loman prevê que quando o juiz é considerado culpado em procedimentos disciplinares ele só poderá ser, no máximo, aposentado compulsoriamente. Para perder o cargo é preciso que a Justiça o condene em processo criminal.

– É preciso que haja uma modificação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, já que data de mais de 30 anos, autorizando a Corregedoria do Tribunal, se for o caso, aplicar a pena de afastamento definitivo do magistrado, defende.

Vantuil Abdala afirma ainda que a sociedade vai reagir melhor quando houver essa modificação. Segundo o ministro, os cidadãos não entendem o atual mecanismo. Fica parecendo, na avaliação de Abdala, que ao cometer uma irregularidade grave, o magistrado recebe uma premiação por ser aposentado compulsoriamente, se ele já tem

É preciso que haja uma modificação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, já que data de mais de 30 anos, autorizando a Corregedoria do Tribunal, se for o caso, a aplicar a pena de afastamento definitivo do magistrado.

tempo suficiente de serviço, ou é colocado em licença remunerada.

A operação da Polícia Federal investiga a participação em supostos crimes de lavagem de dinheiro e venda de sentenças o ministro Paulo Medina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os desembargadores Ricardo Regueira e José Eduardo Carreira Alvim, os dois do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, juiz Ernesto Dória, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas, além da juíza Sônia Maria Machado da 4ª Vara de Família de São Gonçalo. Ela é suspeita de receber dinheiro da máfia dos bingos e ter arquivado um processo contra um policial acusado de assassinato de um PM.

Sem dúvida, é um momento muito propício também para se retomar a discussão da democratização e do controle público do Judiciário, que tanto causa espanto e repúdio de muitos membros do próprio Judiciário. ■

*Da redação



EDUCAÇÃO INFANTIL / ENSINO FUNDAMENTAL

Em constante evolução, por mais de 34 anos, o **CEMI** tem educado e formado jovens, preparando-os para a vida, de maneira completa, levando em conta não apenas o caráter informativo, mas também o desenvolvimento integral do ser humano.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sempre à procura de desafios e com larga experiência no assunto, a instituição desenvolve, ao longo de sua existência, um trabalho direcionado às crianças portadoras de necessidades especiais.

Em seu corpo docente, mantém profissionais com formação especial, preocupados não somente em realizar a inclusão dessas crianças e jovens, mas em realizar um trabalho específico e sistematizado conforme o potencial de cada aluno.

No que diz respeito à socialização desses alunos, embora tenham ambiente preparado e separado para sua escolaridade, participam do ambiente escolar em sua totalidade: nas atividades extras, recreios, eventos, projetos pedagógicos etc., o que proporciona uma maior integração com o corpo docente e discente.

Atividades pedagógicas:

- Inglês (a partir do 1º ano)
- Espanhol (a partir do 2º ano)
- Música
- Educação Física
- Natação
- Informática
- Estudo dirigido (para os alunos do horário integral)

Atividades opcionais:

- Futsal

Estrutura física:

- Ambiente cientificamente preparado
- 5 mil m² de espaço arborizado, piscina, quadras de esportes, cantinas e auditório
- 3 prédios totalmente separados para cada segmento

Procure-nos já!



Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
 Faculdade de Letras - Departamento de Letras Vernáculas
 Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa de L. Port.
 Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Álto-Brasileiros
 Av. Horácio Macedo, 2151
 Cidade Universitária, Ilha do Fundão
 Rio de Janeiro - RJ - 21941-917



Universidade Federal Fluminense - UFF
 Instituto de Letras - Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas
 Núcleo de Estudos de Lit. Port. e Afric. - NEPA
 Núcleo de Estudos Brasil África - NEAF
 Av. Visconde de Rio Branco, s/no. São Domingo -
 Campus do Gragoatá - Bl C sala 403
 Niterói - RJ - 24210-200



III Encontro de Literaturas Africanas

PENSANDO ÁFRICA: CRÍTICA, PESQUISA E ENSINO

20 a 23 de novembro de 2007

<http://www.letas.ufrj.br/pensandoafrica/>
 E-mail: pensandoafrica@letas.ufrj.br

**LOCAL:
 UFRJ**

Faculdade de Letras, Cidade Universitária
 Ilha do Fundão - Rio de Janeiro

**As inscrições começam em maio e terminam em 31 de julho.
 Fazendo a inscrição no mês de maio, você terá um desconto na taxa.
 Consulte o site!**

Apoios: MEC (África) • Secretaria de Estado de Cultura e Assessoria de Assuntos Afro no Rio de Janeiro • Odebrecht • Transportes Aéreos Angriano - TAAG • União dos Escritores Angrianos • Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa • SPBANG'07 • Consulado de Angola no Rio de Janeiro • Consulado de Cabo Verde em São Paulo • Editora Nzila • Editora Pallas • Editora Companhia das Letras • Camélia Flores • Azália Flores • SESC Rio de Janeiro • Instituto Camões • Fundação Calouste Gulbenkian • Cátedra Jorge de Sena (FL-UFRJ) • Banco do Brasil • Banco Itaú • Bradesco • Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ • Faculdade de Letras/UFRJ • Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ • Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da UFRJ • Programa de Pós-Graduação em Letras - UFRJ • Núcleo de Estudos de Literaturas Africanas (NEPA/UFRJ) • Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Álto-Brasileiros (UFRJ) • Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCM) - UFRJ • Universidade Federal Fluminense - UFF • Pós-graduação em Letras - UFF • Núcleo de Estudos de Literaturas Africanas e Africanas - NEPA/UFF • Universidade Agostinho Neto (Angola) • Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) • Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ • Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino do Instituto de Física e Ciências Humanas da UERJ • Laboratório de Estudos das Desigualdades Sociais da UERJ • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Universidade de São Paulo-USP • Curso de Pós-Graduação em Letras - Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP • Universidade Cândido Mendes • Coordenadoria de Apoio a Pessoal no Ensino Superior - CAPES • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - CNPq • Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro-FAPERJ • Fundação José Bonifácio • União dos Escritores Angrianos • Associação Cultural Chá de Caxinde • Embaixada de Angola no Brasil • Embaixada de Cabo Verde no Brasil • Embaixada de Moçambique no Brasil • Consulado de Angola no Rio de Janeiro • Fundação José Eduardo dos Santos - FESA • Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa • Companhia Fotográfica da UFRJ • UFRJ/JAZZ • Jorge de Sena • Secretaria Estadual de Cultura RJ • Secretaria do Estadual de Educação RJ • Secretaria Municipal de Educação - RJ • Real Gabinete Português de Leitura • UFRJ • UFRJA • UFRFA • UFRB • UFRS • FAPEMIG •

